



Conferências de Comunicação do RN: Uma análise do uso da internet em seus processos de construção¹

Amanda MEDEIROS²

Diana COELHO³

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.

Resumo

O presente trabalho visa investigar o uso da internet em práticas de cidadania e democracia da comunicação, a partir da análise das conferências de comunicação do estado do Rio Grande do Norte ocorridas em 2009. Para tanto, traremos as possibilidades que a internet oferece como suporte capaz de potencializar ações democráticas, e apresentaremos um breve histórico da I Conferência Nacional de Comunicação, abordando o contexto no qual essa proposta estava inserida. No âmbito regional, serão abordados os processos de mobilização e realização das Conferências Livres e I Conferência Estadual de Comunicação, com foco no funcionamento da internet no desenrolar desses processos, esclarecendo os aspectos positivos e negativos do uso dessa ferramenta e detalhando como se deu a construção das conferências.

Palavras-chave: Internet; Conferência de Comunicação; Democracia; Comunicação; Cidadania

Introdução

Desde as últimas décadas do século XX, temos assistido inúmeras transformações tecnológicas em um curto período de tempo. A popularização da internet transformou o cenário da comunicação em todo o mundo, e no Brasil não foi diferente. Esses avanços em termos de conhecimento e produção permitiram alavancar o processo de digitalização e convergência digital que vemos atualmente. Antes disso, todavia, sabe-se que a gradual apropriação da internet modificou a forma de interação da população que tem acesso regular à rede.

A crescente popularização da internet possibilitou um sistema de comunicação que atinge nível global, em que os indivíduos selecionam o conteúdo e escolhem as redes sociais que desejam se inserir. Nesse meio, qualquer pessoa que tenha acesso à rede

¹ Trabalho apresentado na Divisão temática Jornalismo, Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante de Graduação do 6º semestre do Curso de Jornalismo da UFRN. Aluna integrante do Grupo de Pesquisa Pragma – Pragmática da Comunicação e da Mídia (UFRN/CNPq), e-mail amanda_cthn@hotmail.com

³ Estudante de Graduação 5º semestre do Curso de Radialismo da UFRN. Aluna integrante do Grupo de Pesquisa Pragma – Pragmática da Comunicação e da Mídia (UFRN/CNPq), e-mail dianaxcoelho@hotmail.com



pode expor o seu discurso, desde que conheça os caminhos e as ferramentas que lhe são disponibilizadas.

Aos poucos, tradicionais mídias, como jornais e emissoras de rádio e TV, foram encontrando formas de adaptar-se à internet. Embora essa interação com o meio *online* não tenha extinguido a verticalidade das tradicionais mídias, é inegável que facilitou a interação e participação com seus interlocutores, através de mecanismos como correio eletrônico, comentários etc.

Através da internet, diversos sites, blogs e fóruns *online* constituíram espaços de contraponto a informações veiculadas pelas mídias tradicionais. Sabemos que esses espaços de discussão, exposição e crítica, embora potencialmente possam ter um grande alcance, raramente transcendem o escopo local. No entanto, mesmo considerando essa abrangência restrita, não é difícil imaginarmos que esses espaços virtuais podem se tornar ferramentas que culminem em mudanças locais.

Partindo dessa suposição, pretendemos fazer um estudo de caso sobre a I Conferência de Comunicação do Rio Grande do Norte (I Conecom - RN), analisando as etapas anteriores à sua execução, e verificar o papel que a internet desempenhou na organização desta. Investigaremos se o uso dessas novas possibilidades de divulgação e articulação auxiliaram, de fato, a consolidar uma rede de agentes interessados em discutir questões relativas à comunicação local, e de que forma isso se refletiu no evento.

A metodologia de nosso trabalho consistiu em análise bibliográfica existente sobre o assunto e consulta a fontes primárias envolvidas na construção das Conferências de Comunicação do RN. Muitos dos entrevistados participaram como protagonistas e organizadores dos eventos. Consideramos essencial analisar, através de seus relatos, as implicações que as listas de discussões *on line* tiveram para a consolidação do evento, bem como avaliar outros usos que a internet desempenhou na realização da I Conferência Livre de Comunicação do RN e na Conferência Estadual de Comunicação, etapas que deliberaram os delegados do estado para a Conferência Nacional. Esta investigação faz parte da Ação Acadêmica Associada "Convergência Digital no cotidiano das práticas de Comunicação Comunitária e Alternativa em Rede na



Região Metropolitana de Natal-RN", financiada pela Propesq/Proex/Prograd-UFRN, e coordenada pelo prof. Dr. Juciano de Sousa Lacerda, do Grupo de Pesquisa PRAGMA (UFRN/CNPq).

1 O uso da internet em práticas de cidadania e democracia da comunicação

A integração que a internet possibilitava despertou, num primeiro momento, teorias bastante otimistas acerca do seu futuro e das modificações que traria à sociedade. Autores passaram a defender que, com o tempo, a crescente interação entre os indivíduos poderia culminar em consideráveis ganhos para a democracia, facilitando o acesso à informação e gerando cidadãos mais participativos da vida política:

Um vasto campo político e cultural, quase virgem, abre-se para nós. [...] Mas [...] antes de nos engajar às cegas em vias irreversíveis, urge imaginar, experimentar e promover, no novo espaço de comunicação, estruturas de organização e estilos de decisão orientados para um aprofundamento da democracia. O ciberespaço poderá se tornar um meio de exploração dos problemas, de discussão pluralista, de evidência de processos complexos, de tomada de decisão coletiva e de avaliação dos resultados o mais próximo possível das comunidades envolvidas. (PIERRE LEVY, 2007, p. 60-61)

De acordo com Rothberg (2009), as possibilidades de inclusão informacional que a internet oferece “traria a possibilidade de reduzir a exclusão política, em direção ao efetivo exercício da cidadania” (p. 13-16). Para ele, o uso de internet está ligado ao domínio de maior conhecimento sobre questões gerais da organização político-social.

Sintonizados a essas idéias, Mattos & Santos relembram que, para que o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) realmente venha a representar uma ampliação da cidadania e consolidação da democracia, é preciso haver políticas públicas destinadas à questão da inclusão digital:

Certamente, os recursos tecnológicos facilitam a comunicação, aceleram deslocamentos, encurtam tempos e distâncias, promovendo as mais diversas facilidades, tanto para a vida social, como para a atividade empresarial. [...] Mas isso não significa que as mais novas TICs tenham logrado promover mudanças sociais profundas e alterações relevantes nas estruturas de poder sob Capitalismo Contemporâneo. [...] É importante que a inclusão digital seja transformada em política pública, desde que o acesso às



tecnologias seja necessariamente associado aos fatores cognitivos e qualitativos que possam promover mudanças importantes nas estruturas sociais. (MATTOS & SANTOS, 2009, p. 129)

As idéias expostas acima possuem um ponto em comum: têm como objeto de seu estudo a problemática da inclusão digital no Brasil. Rothberg (2009) foca suas pesquisas nos benefícios que a inserção da internet na vida de pessoas que não tem acesso a ela, causaria à educação política. Não chega, portanto, a fazer uma análise da apropriação que as pessoas estão fazendo das novas mídias e nas mudanças culturais que têm ocorrido nos últimos tempos.

Aprofundando-se nessa questão, Henry Jenkins, em seu livro *Cultura da Convergência* (2006), defende que “enquanto o foco permanecer no acesso, a reforma permanecerá concentrada nas tecnologias; assim que começarmos a falar em participação, a ênfase se deslocará para os protocolos e práticas culturais.” Para o autor, o público que acompanhou e domina os avanços tecnológicos ganhou tamanho poder com as novas TICs que passou a exigir o direito de participar intimamente da cultura – e seus efeitos, segundo ele, são cada vez mais notáveis.

O fato é que, embora não haja indícios de que a internet possa promover mudanças estruturais na sociedade, não se pode ignorar os efeitos que tem causado à cultura de uma parcela da população – sejam eles negativos ou positivos. Em relação a esses efeitos, Manuel Castells (2004) possui um interessante posicionamento: defende que a internet não deve ser tratada nem com “profecias futuroológicas baseadas na extrapolação simplista de conseqüências sociais”, nem tampouco com “distopias críticas”:

É inegável que [a internet] vai transformar o modo de relacionar-se com os outros e pode ser uma ferramenta para o desenvolvimento. [...] As pessoas, as instituições, as companhias e a sociedade em geral transformam a tecnologia, apropriando-a, modificando-a, experimentando-a. (CASTELLS, 2004, pag. 10.)

Partindo da concepção de que a tecnologia não é fator determinante das transformações sociais, mas pode-se transformar em um dos pilares, cabe a nós pensarmos de que



formas a apropriação da internet poderia resultar em ganhos para a prática democrática e cidadã em nosso país.

1.1 Instrumentos de interação e divulgação de práticas cidadãs

A percepção que a *web* modifica as relações entre os indivíduos que dela participam está visível em grande parte a partir do momento em que observamos que deixamos de ser meros receptores de uma rede composta de meios de comunicação excludentes e hierarquizados, e temos a oportunidade de nos transformar em atores sociais de rede descentralizada. Nesse contexto, sites e blogs podem ser vistos como importantes espaços para exposição de idéias. Essas mudanças decorrentes do crescente acesso à internet foram analisadas por Castells:

Com a difusão da sociedade em rede [...] dá-se uma explosão de redes horizontais de comunicação, bastante independentes do negócio dos media e dos governos, o que permite a emergência daquilo a que chamei comunicação de massa autocomandada. (2006, p. 24)

O autor explica que a internet constitui uma comunicação de massas pelo fato de potencialmente ter alcance global, e que é autocomandada porque “geralmente é iniciada por indivíduos ou grupos, por eles próprios, sem a mediação do sistema de mídia.” Mais adiante, no entanto, esclarece que essa sociedade em rede não é um paraíso utópico, pois sabe-se que é constituída simultaneamente por um sistema oligopolista de negócios multimídia.

O cenário da globalização contemporânea acabou como campo de estudo de Lima (2004), que verifica uma das consequências mais evidentes, em sua opinião, da convergência tecnológica no setor de comunicações: a concentração da propriedade, que provoca a consolidação e a emergência de um reduzido número de megaempresas mundiais.

Sabemos que o fato de podermos produzir e distribuir fácil e livremente pela *web* não chega a ameaçar os tradicionais meios de comunicação, mas é indiscutível que a internet oferece espaços que se configuram como práticos e eficazes canais de divulgação. Em



tempos precedentes, o acesso a informações de contracultura dava-se de forma muito mais restrita; atualmente, a pluralidade de espaços de discussão tem colaborado para promover a união de indivíduos que possuem interesses em comum.

Acreditamos que fóruns de discussão, grupos de e-mails e demais formas de agrupamento em comunidades virtuais possibilitam interação, articulação e podem inclusive auxiliar de alguma forma esses indivíduos – muitos deles dispersos geograficamente - a organizar-se. O intercâmbio de informações e idéias, nesses espaços, pode não só contribuir culturalmente, mas também modificar os posicionamentos políticos de seus participantes.

2 As Conferências de Comunicação: do local ao nacional

Com o processo de abertura após a ditadura militar, iniciamos uma nova fase de organização política no Brasil. O país gradativamente vem deixando de encarar o voto representativo como a única possibilidade de participação da população; paradigma este que atribuía somente aos eleitos a definição e execução das políticas públicas. Aos poucos, passamos a entender que a representação, quando mantém diálogo direto com sociedade nos processos decisórios, atua de forma mais democrática na tomada de decisões.

As conferências são um instrumento de democracia direta e participação social que consiste em encontros que tem como intuito discutir o desenvolvimento de políticas públicas de determinado segmento no âmbito local, estadual e nacional. A realização dessas conferências pode ocorrer a partir de convocações do poder Executivo ou de movimentos sociais organizados.

De acordo com levantamento publicado pela Secretaria Geral da Presidência, o Brasil realizou, desde 1941, 109 conferências nacionais, sendo que 60% delas ocorreram entre 2003 e 2009, período que engloba o primeiro e o segundo mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva. (COSTA, 2010)

A I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) foi convocada pelo decreto de 16 de abril de 2009 e teve como tema Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital. No entanto, Marini (2009) esclarece que o processo de construção da Confecom só foi possível graças a uma mobilização coletiva que contou



com a participação de entidades e do movimento social envolvido na luta pela democratização da comunicação, só depois tendo-se engajado em sua realização os poderes Executivo e Legislativo.

Até a realização da sua etapa nacional, em dezembro de 2009, a organização da I Conferência de Comunicação se deparou com vários problemas. Trataremos, portanto, dos entraves enfrentados no âmbito estadual e o contexto em que a internet se insere.

2.1 Histórico

Embora já se discutisse anteriormente a necessidade de uma Conferência de Comunicação, podemos destacar o ano de 2007 como um período de intensa mobilização para conscientizar sociedade e governo sobre a importância de um amplo debate sobre as comunicações no Brasil.

Ainda em junho, durante o Encontro Nacional de Comunicação, ocorrido no Congresso, discutiu-se sobre a democratização das comunicações. Na ocasião, foi criado o movimento Pró-Conferência Nacional de Comunicação, que encarava que a Conferência deveria ser antecedida de discussões regionais, municipais e estaduais, nos moldes das ocorridas nas áreas da saúde e da cultura.

Segundo Marini (2009), a articulação cresceu após o Encontro Pró-Conferência Nacional de Comunicação, ocorrido em Brasília em dezembro de 2008. Ampliando a participação e abrindo-se para o debate, naquele encontro foram definidos os compromissos pela construção da Conferência, sugerindo prazos para a edição de Decreto do Presidente da República convocando a Conferência e demais ações necessárias à realização da Confecom.

No dia 17 de abril de 2009, o Diário Oficial da União publicou o decreto que convocava a I Conferência Nacional de Comunicação. Posteriormente, a Comissão Organizadora Nacional foi designada pelo Ministério das Comunicações e formada por representantes do Estado, empresários e sociedade civil, totalizando 28 membros (MARINI, 2009)



2.2 O contexto das Conferências de Comunicação do Rio Grande do Norte: motivos que levaram às Conferências Livres e Estadual

Neste contexto, diante da possibilidade de se construir um diálogo que tinha como finalidade contribuir para a elaboração de políticas públicas de uma forma transparente, aberta e horizontal, eclodiram em todo o país agentes interessados em debater a atual conjuntura da comunicação no Brasil.

Com intuito de se discutir problemas locais e mais abrangentes relativos ao conteúdo tecnologia, legislação, inclusão digital, cadeia produtiva etc., aos poucos foram-se organizando debates no Rio Grande do Norte. Dessa forma, questões como a criação de Rádios e TVs Públicas e Comunitárias vieram à tona, somadas a debates relativos ao pequeno espaço reservado para produções locais nas grades das emissoras potiguares, regulamentação das leis dos meios de comunicação de massa e diversas outras questões.

Em junho de 2007, no final do Encontro Nacional de Comunicação, foi criada a Comissão Nacional Pró-Conferência de Comunicação (CNPC). Quase dois anos depois, com a pressão dos movimentos sociais, é que, através do decreto de 16 de abril de 2009, foram convocadas a Comissão Organizadora Nacional e, oficialmente, a I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). As Conferências Estaduais de Comunicação foram convocadas também pelo Ministério das Comunicações paralelamente à formação das Comissões Organizadoras Estaduais (COE). Estas Comissões seriam as responsáveis pela criação de regimentos e realização das conferências, respectivamente, Nacional e Estaduais.

Com a lentidão no processo de elaboração do Regimento Nacional que guiaria os Regimentos Estaduais, alguns estados, mesmo antes da convocação oficial, realizaram suas Conferências Estaduais de Comunicação – à exemplo de Bahia e Piauí – como forma de pressionar o governo. Essa lentidão era consequência, principalmente, dos conflitos existentes entre empresários e movimentos sociais; os quais precisariam trabalhar em conjunto na realização das conferências tanto no âmbito local quanto no nacional.

As Comissões Organizadoras oficiais estruturavam-se na tríplice “poder público”, “empresariado” e “movimentos sociais”; entretanto, de acordo com Iano Flávio de



Souza Maia⁴ estas duas últimas esferas “pareciam não entender o que eram e o que deveriam fazer. Os empresários demonstravam pouco ou nenhum interesse com a causa e o poder público entrou em cena somente nas últimas horas”. Nesse contexto de desconhecimento e estática por parte de esferas das Comissões oficiais diante das ações propostas, as Comissões Estaduais Pró-Conferência de Comunicação – existentes desde o início da discussão acerca do assunto –, autônomas e compostas somente por movimentos sociais, se engajaram mais fortemente na mobilização coletiva pela democratização da comunicação.

A partir da necessidade de iniciar efetivamente a realização das Conferências de Comunicação no Rio Grande do Norte, representantes de várias entidades reunidos na Comissão Estadual Pró-Conferência de Comunicação – RN, passaram a enxergar em alguns eventos da sociedade a possibilidade de adaptá-los e torná-los Conferências Livres que precederiam a Conferência Estadual de Comunicação - RN. Esta comissão visava fazer com que as etapas preparatórias ocorressem da forma mais participativa, qualificada e democrática possível e era composta pelo Conselho Regional de Psicologia; Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DCE-UFRN); Movimento Fora da Ordem - UFRN; Revista Viração – Núcleo Potiguar; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) – Lages; Associação Nacional dos Prestadores de Serviço Móvel Celular (Acel); Mandato Deputada Federal Fátima Bezerra PT/RN; Mandato Cidadão Deputado Fernando Mineiro PT/RN; Marcha Mundial das Mulheres; DCE do Instituto Federal do Rio Grande do Norte; Intervezes – Coletivo Brasileiro de Comunicação; Centro Acadêmico (CA) de Comunicação Social - UFRN; ONG Canto Jovem; Sindicato dos Servidores do Judiciário do RN; CA de História.

Foi dessa forma que realizaram-se as seguintes Conferências Livres de Comunicação no RN: “Promoção da Democratização da Comunicação e Pró-Conferência Nacional de Comunicação”, realizadas em Mossoró/RN (18 de julho 2009) e Natal/RN (25 de julho de 2009) juntamente com o Conselho Regional de Psicologia; “I Conferência Livre de Comunicação da UFRN, realizada em Natal/RN junto com o Departamento de Comunicação da UFRN (09 de setembro de 2009); “I Conferência Livre da Comunicação do Rio Grande do Norte, realizada em Natal/RN (12 de Setembro de

⁴ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (UFRN) e Sócio Efetivo do Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação. Entrevista realizada em abril de 2010.



2009) na Universidade Potiguar (UNP); e I Conferência Livre de Comunicação das Mulheres do RN, realizada em Natal/RN (27 de outubro de 2009) juntamente com o Movimento Feminista do RN. Por fim, e como resultado dessas conferências livres, foi realizada nos dias 17 e 18 de novembro, na Assembléia Legislativa do RN, a I Conferência Estadual de Comunicação com o tema ‘Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital’.

3 A internet na construção das Conferências de Comunicação do RN

Poucas tecnologias foram tão aguardadas nos ambientes mundiais de consumo como a TV Digital que, de acordo com Andrade (2003), “em uma primeira instância, seria a tão prometida convergência entre duas das mais fantásticas invenções do homem: a televisão e o computador”. Nesse contexto, forma-se em Natal, no ano de 2005, um grupo de discussões acerca do assunto que, para viabilizar os encontros e mesmo as discussões, criou a lista de e-mails potycom@grupos.com.br. Em abril de 2009, a lista foi convertida para proconferenciarn@grupos.com.br, a qual, a partir de então, passou a ser usada em prol da realização das Conferências de Comunicação no RN.

A lista de e-mails seria uma ferramenta para auxiliar na organização das Conferências pela Comissão Estadual Pró-Conferência de Comunicação – RN. Com reuniões presenciais em sua maioria na sede da TV Universitária (TVU) da UFRN, inicialmente quinzenais, logo em seguida mensais, e por fim sendo realizadas novamente a cada 15 dias, os sujeitos que estavam à frente do processo de mobilização perceberam que o método não atendia às necessidades do grupo e reconheceram a necessidade de equilibrar e intensificar as discussões presenciais com as feitas através da lista online. Decisão sabiamente tomada como bem confirma os autores abaixo:

Uma rede é um conjunto de nós interconectados. (...) Contudo, apesar de suas vantagens em termos de flexibilidade, as redes tiveram tradicionalmente de lidar com um grande problema, em contraste com hierarquias centralizadas. Elas tem tido considerável dificuldade em coordenar funções, em concentrar recursos em metas específicas e em realizar uma dada tarefa dependendo do tamanho da complexidade da rede. (CASTELLS, 2004, Pag. 7)

Vale ressaltar que não concebemos o ciberespaço como uma esfera divorciada dos embates sociais concretos. Embora a práxis virtual seja pautada por especificidades que a distinguem claramente dos meios convencionais, há uma relação de complementaridade com o real, que resulta na progressiva hibridação de recursos



tecnológicos. Os processos não se anulam, eles se acrescentam e se mesclam. (MORAES, 2000)

Com a conversão da lista “potycom” para “proconferenciarn”, mantiveram-se os contatos já existentes e somaram-se a esses os representantes das seguintes entidades: Conselho Regional de Psicologia (CRP); Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasm); ONG Canto Jovem; Movimento Fora de Ordem - UFRN; DCE-UNP; Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social; CA de Comunicação Social – UFRN; DCE-UFRN; Sindicato dos Jornalistas do RN (Sindjorn); Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios, Telégrafos e Similares do RN (Sintect-RN); Sindicato dos Servidores do Judiciário do RN; Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Superintendência de Comunicação da UFRN; Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes do RN (Gami-RN); além de alguns professores do Curso de Comunicação Social da UFRN e estudantes da Faculdade de Excelência do Rio Grande do Norte (Fatern). Ao todo eram cerca de 30 inscritos na lista online.

O grupo de e-mails como ferramenta de comunicação em prol da realização dos eventos mostrou-se falho e manteve-se por um longo espaço de tempo subutilizado; com sucesso inicial na troca de contatos, a lista passou a funcionar com mero caráter informativo. Diante dessa situação, a Comissão partiu para a utilização do contato direto através do e-mail individual dos envolvidos – método que os aproximou mais da mobilização. Insistentes na utilização da lista online, passava-se ainda através desta, resumos de reuniões com propostas e questionamentos que raramente eram respondidos; o que demonstrava a real distância que parte dos envolvidos mantinham do grupo de e-mails.

Tendo mantido o caráter estático durante a organização e realização de todas as cinco Conferências Livres de Comunicação realizadas no Estado, somente ao aproximar-se da concretização da I Conferência Estadual de Comunicação do RN (Conecon-RN), a lista deixou o status de subutilizada passando a ser ferramenta de relevância na negociação a respeito dos representantes de cada entidade que iriam participar desta Conferência.



Foi também através da internet que a Comissão articuladora das Conferências de Comunicação no RN divulgou a realização dos eventos. A lista de e-mail serviu como distribuidora primária de informações acerca do assunto que eram passadas a diante pelos seus membros. Sem um site oficial e contando apenas com *Twitters* pessoais de alguns membros desta Comissão, e um Blog mantido por uma Comissão de Comunicação interna à Comissão Estadual Pró-Conferência de Comunicação – RN, toda a divulgação dos eventos – aí inclui-se o envio de releases à imprensa, o envio de e-mails para endereços eletrônicos pessoais e outras listas de contatos, etc – foi feita por meio desta ferramenta; com exceção apenas da fixação de cartazes em pontos estratégicos da cidade. A imprensa local pouco abordou a temática.

A ferramenta internet serviu também como elo ligador das articulações locais com as articulações nacionais para realização das Conferências de Comunicação. Como Sócio Efetivo do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, Iano Maia atuou também individualmente nessas articulações, participando da lista de e-mails Intervozes, que continha informações das reuniões semanais da Comissão Organizadora Nacional. Além disso, Iano Maia se utilizava da internet para obter informações de como estava o processo de mobilização em prol das conferências de comunicação em outros estados – o que o auxiliava nos trabalhos locais -; obter informações da Comissão Organizadora Oficial além de dados diversos sobre movimentos sociais envolvidos com a causa em todo o país.

Todas essas ações, por fim, permitiram à concretização da I Conferências Estadual de Comunicação do Rio Grande do Norte, a qual se configurou como um passo à diante no processo de democratização da comunicação.

Considerações finais

Parece-nos coerente a visão de que a atual democracia digital veio para somar elementos às antigas maneiras de agregação, interação e organização social que havia antes da popularização da internet. Como temos visto, essa democracia não tem culminado em estruturais modificações no pensar e agir político da população, mas sem dúvida adicionam algumas vantagens às práticas democráticas contemporâneas.



A internet revela-se uma potencial aliada da participação cidadã na medida em que abre espaços para discussão e articulação e amplia o acesso à informação de interesse público. Acreditamos que fatores como uma maior transparência vêm a somar e podem auxiliar - ainda que de forma muito tímida e sutil - na construção de uma sociedade mais consciente de sua própria realidade.

No entanto, sabemos que quem protagoniza as mudanças estruturais são as pessoas, e não seus instrumentos. Mesmo com as vantagens que a internet oferece, devemos encarar como nossa a responsabilidade de utilizarmos da melhor forma essa oferta de espaços que agregam e possibilitam debates. É importante ressaltar que:

A internet não tem um papel meramente instrumental, uma vez que ela própria agiliza a atividade dos movimentos e alimenta-se também dessa atividade constituindo nós de ligação entre diversos movimentos, que são eles, também, redes. Ou seja, assiste-se a uma fusão de redes humanas com redes tecnológicas, em que estas, para além do seu potencial instrumental transformam-se em 'alavanca(s) de transformação social'. (CASTELLS, 2003, p. 174)

Aliada a estratégias que visam à melhoria da educação, acreditamos que ferramentas de acesso à informação e comunicação têm potencial para culminar em avanços para a democracia. A ampliação da consciência política auxiliaria, dessa forma, a construção de uma sociedade de cidadãos mais participativos da vida política.

Ao deparar-se com as dificuldades encontradas no processo de discussão através da ferramenta internet, os sujeitos realizadores das Conferências de Comunicação do RN partiram para o trabalho presencial aliado às atividades *on line*. O equilíbrio dessas ações surgiu como necessidade, o que confirma o fato de sermos nós os realizadores das mudanças, e a internet um instrumento hábil que permite tais realizações

De uso indispensável e de forma positiva, a internet atuou como coadjuvante que, no momento oportuno desempenhou bem o seu papel. Afirmamos isso amparados no que diz Bessa:

[...] a internet está a constituir-se no meio privilegiado para o desenvolvimento das actividades dos diversos movimentos sociais, sejam elas de carácter abertamente contestatário ou sofisticadamente voltadas para o boicote e sabotagem dos sistemas tecnológicos ou dedicadas à disseminação de valores ideológicos ou apelando para práticas de luta social. (2007, p.14)



Referências

ANDRADE, Roberto. **A complexa implantação da TV digital no Brasil**. Informativo eletrônico SETE PONTOS. Ano 1, número 4, 2003. Disponível em: < <http://www.comunicacao.pro.br/setepontos/4/tvdigital.htm>>.

ARANHA, Maria de Arruda; MARTINS, Maria Pires. **Temas de Filosofia**. São Paulo: Editora Moderna, 2ª Ed, 2001.

BESSA, F. **Recensão – A Galáxia Internet**. 2007. Disponível em: < http://www.eprofe.net/tecnologia/galaxia_internet.pdf > .

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política**. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (org.) **A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Ação Política**. Belém: Imprensa Nacional, 2005.

COSTA, Gilberto. **CLS prevê conferências nacionais para criar essas políticas públicas**. Publicado originalmente no site do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Disponível em: < <http://www.diap.org.br/index.php/agencia-diap/12194-cls-preve-conferencias-nacionais-para-criar-essas-politicas-publicas> > .

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Editora Aleph, 2006.

JAMBEIRO, Othon. Os pilares estruturais das comunicações contemporâneas. In: TRIVINHO, E. CAZELOTO, E. (Orgs) **A cibercultura e seu espelho: Campo de conhecimento emergente e nova vivência humana na era da imersão interativa**. São Paulo: ABCiber - Itaú Cultural – CAPES, 2009. Disponível em: < http://abciber.org/publicacoes/livro1/a_cibercultura_e_seu_espelho.pdf > .

LÉVY, Pierre. **A Inteligência Coletiva: Por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Edições Loyola, 5ª Ed, 2007.

LIMA, Venício Artur de. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2 ed., 2004.

LONGORIA, Emilio Alvarez Icaza. **Medios y sociedad civil: una alianza para el control político**. Estado do México: Revista Razon e Palabra, n. 18, 2000. Disponível em: < <http://www.razonypalabra.org.mx/antiores/n18/18ealvarez.html> > .



MARINI, Ana Rita. Conferência, etapa de uma luta sem fim. In: **Revista MídiaCom Democracia**. N. 9, julho de 2009. Disponível em: <
<http://www.fndc.org.br/arquivos/revista9.pdf> >.

MATTOS, Fernando A. M. SANTOS, Bruna D. D. R. **Sociedade da informação e inclusão digital: Uma análise crítica**. Rio de Janeiro: Liinc em Revista, v.5, n.1, 2009. Disponível em: <
<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/247/198> >.

MORAES, Denis. **Comunicação virtual e cidadania: Movimentos sociais e políticos na Internet**. Setembro, ano III. Vol. 2/2000. Disponível em: <
<http://www.saladeprensa.org/art156.htm>>.

ROTHBERG, Danilo. **Informação de diagnóstico, democracia e inclusão digital**. Liinc em Revista, v.5, n.1, 2009. Disponível em: <
<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/292/193> >.